

**Conselho Regulador da  
Entidade Reguladora para a Comunicação Social**



**Deliberação  
38/2015 (DR-I)**

ENTIDADE REGULADORA  
PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Recurso de Bento dos Santos contra o *Diário de Notícias*, por  
denegação do direito de resposta**

Lisboa  
12 de março de 2015

## Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social

### Deliberação 38/2015 (DR-I)

**Assunto:** Recurso de Bento dos Santos contra o *Diário de Notícias*, por denegação do direito de resposta

#### I. Identificação das Partes

Em 23 de dezembro de 2014, deu entrada na Entidade Reguladora para a Comunicação Social (doravante, ERC) um recurso de Bento dos Santos, como Recorrente, contra o *Diário de Notícias*, propriedade da Global Notícias, Publicações, S.A., na qualidade de Recorrido.

#### II. Argumentação do Recorrente

1. O Recorrente solicitou a intervenção da ERC para que o Recorrido procedesse à publicação do texto de resposta ao artigo com o título «PJ apreendeu milhares de euros a general angolano», publicado na edição de 16 de outubro de 2014 do *Diário de Notícias*, em cumprimento da Lei de Imprensa, com os seguintes fundamentos:
  - a) O texto da notícia continha diversas referências inverídicas que ferem grave e publicamente a reputação e boa fama do Recorrente. Entre outras imputações que lhe são feitas, é falsa e/ou erroneamente associado à prática de delitos criminais em Portugal e no estrangeiro, bem como são afirmadas várias inverdades e verdades distorcidas acerca do Recorrente e de um procedimento criminal pendente em Portugal, no qual é suspeito da prática do crime de branqueamento;
  - b) De acordo com o n.º 2 do artigo 26.º da Lei de Imprensa, a resposta ou retificação deve ser publicada dentro de dois dias a contar da receção do texto de resposta;
  - c) Por sua vez, o n.º 7 do artigo 26.º da Lei de Imprensa dispõe que o diretor da publicação deve informar o interessado, por escrito, acerca da recusa e do seu fundamento nos 3 dias seguintes à receção da resposta ou da retificação;

- d) O Recorrido não publicou o texto de retificação do Recorrente no prazo previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 26.º da Lei de Imprensa, nem foi publicado após a referida data e até à presente data;
- e) O diretor do Diário de Notícias, ou qualquer outra pessoa em representação daquele jornal, também não prestou ao Recorrente qualquer informação, escrita ou oral, acerca da recusa ou do seu fundamento, violando frontalmente o disposto no n.º 7 do artigo 26.º da Lei de Imprensa;
- f) Tal conduta do Diário de Notícias corresponde à prática da contraordenação prevista e punida nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei de Imprensa, sendo que compete à ERC processar e punir a prática da referida contraordenação.

### **III. Defesa do Recorrido**

- 2. Notificado, nos termos legais, para exercer o contraditório, o Recorrido alegou que:
  - a) A 17 de novembro de 2014, o Recorrido recebeu, apenas por fax, pedido de publicação do direito de resposta do Recorrente;
  - b) O Recorrido considerou imediatamente que deveria recusar a publicação solicitada, porque o direito encontrava-se já caducado;
  - c) Todavia, uma vez que o fax enviado pelo Recorrente tinha provindo de um posto público dos correios de Angola, e sem qualquer morada ou informação adicional do remetente, o Recorrido viu-se totalmente impedido de o fazer;
  - d) Somente no dia 24 de novembro de 2014, o Recorrido recebeu por correio a carta do Recorrente;
  - e) Logo no mesmo dia, o Recorrido apresentou ao Recorrente, e por escrito, as razões que, em seu entender, impediam a publicação, o que fez dentro do prazo legal previsto no artigo 26.º, n.º 7, da Lei de Imprensa;
  - f) O atual diretor do DN terminou a carta informando que os factos que o Recorrente transmitiu foram tidos em devida nota e seriam jornalisticamente considerados caso no futuro tal se justificasse;
  - g) A carta foi remetida por correio registado, não tendo o DN até à data qualquer evidência de que o Recorrente não a tenha porventura recebido;
  - h) Por sua vez, à data em que o DN recebeu a carta do Recorrente, em 24 de novembro de 2014, o direito de Recorrente havia expirado. Esta é a única data de referência para

este efeito, uma vez que antes (com o fax) o DN estava impedido de comunicar com o Recorrente;

- i) Mas mesmo que assim não se entenda, e mesmo considerando a data de envio do fax, 17 de novembro de 2014, o direito de resposta já tinha caducado, uma vez que os 30 dias legais para o exercício haviam expirado no dia 15 de novembro de 2014;
- j) Pelo que se conclui que o Recorrido cumpriu a lei, inexistindo qualquer violação ou sonegação ilegítima do direito de resposta.

#### **IV. Factos apurados**

- 3. Na edição de 16 de outubro de 2014 do *Diário de Notícias*, foi publicado o artigo com o título «PJ apreendeu milhares de euros em notas a general angolano».
- 4. No dia 17 de novembro de 2014, o Recorrente enviou, por fax e por carta registada, um texto de resposta ao diretor do *Diário de Notícias* (embora o recibo de envio da missiva seja pouco legível).
- 5. A carta do Recorrente terá chegado ao *Diário de Notícias* no dia 24 de novembro, de acordo com o que é alegado pelo Recorrido.
- 6. No entanto, o texto de resposta não foi publicado.
- 7. Apesar de referir que não recebeu qualquer comunicação do *Diário de Notícias* recusando a publicação do texto de resposta, o Recorrido juntou ao processo um comprovativo de envio de correspondência para o Recorrente, datado de 25 de novembro de 2014, remetida para a morada que o Recorrente indicou na carta de envio do texto de resposta.
- 8. No dia 23 de dezembro de 2014, deu entrada na ERC o recurso do Recorrente por denegação do direito de resposta.

#### **V. Normas aplicáveis**

- 9. Para além do disposto no artigo 37.º, n.º 4, da Constituição da República Portuguesa (doravante, CRP), as normas aplicáveis ao caso vertente são as previstas nos artigos 2.º, n.º 2, alínea c), e 24.º a 27.º da Lei de Imprensa (doravante, LI), aprovada pela Lei n.º 2/99, de 13 de janeiro, na versão dada pela Lei n.º 18/2003, de 11 de junho, em conjugação com o disposto no artigo 8.º, alínea f), artigo 24.º, n.º 3, alínea j), artigo 59.º e artigo 60.º, n.º 1, dos Estatutos da ERC, aprovados pela Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro.

## **VI. Análise e fundamentação**

- 10.** De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 25.º da Lei de Imprensa, o direito de resposta e o de retificação devem ser exercidos pelo próprio titular, pelo seu representante legal ou pelos herdeiros, no período de 30 dias, se se tratar de diário ou semanário, a contar da inserção do escrito ou imagem.
- 11.** Trata-se de um prazo de caducidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 298.º do Código Civil.
- 12.** À contagem deste prazo de caducidade aplicam-se as regras do artigo 279.º do Código Civil, de acordo com o disposto no artigo 296.º do Código Civil.
- 13.** De acordo com o disposto no artigo 328.º do Código Civil, o prazo de caducidade não se suspende nem se interrompe senão nos casos em que a lei o determine.
- 14.** Este prazo de 30 dias inicia-se a partir da data da publicação da notícia respondida, neste caso, no dia 16 de outubro de 2014, terminando, por isso, em 15 de novembro de 2014.
- 15.** O dia 15 de novembro de 2014 calhou num sábado, colocando-se a questão de saber se se transferiu para o primeiro dia útil seguinte, ou seja, no dia 17 de novembro, dia em que o Recorrente enviou o fax e a carta com o texto de resposta.
- 16.** A alínea e) do artigo 279.º do Código Civil estabelece que o prazo que termine em domingo ou dia feriado transfere-se para o primeiro dia útil; aos domingos e dias feriados são equiparadas as férias judiciais, se o ato sujeito a prazo tiver de ser praticado em juízo.
- 17.** Os tribunais têm entendido que a alínea e) do artigo 279.º do Código Civil também se estende aos sábados, uma vez que este dia da semana não é referido expressamente na alínea e) do artigo 279.º do Código Civil, apenas porque na altura da aprovação deste diploma legal as secretarias judiciais estavam abertas aos sábados de manhã. Mas já nessa altura, havia quem considerasse que o prazo que terminava no sábado transferia-se para o dia útil seguinte, porque a verdade é que, se assim não fosse, quem beneficiasse de um prazo que terminava ao sábado, tinha menos meio dia para exercer o direito do que as pessoas com prazos que terminavam em qualquer outro dia da semana.
- 18.** No caso concreto, não se pode olvidar que estamos a tratar do prazo para o exercício do direito de resposta, um direito fundamental consagrado na Constituição da República Portuguesa. Ora, o prazo em questão é claramente estabelecido em favor do interessado a que a norma se refere e cujos interesses e expectativas visa proteger. Trata-se, além disso,

de um prazo relativo ao exercício de um direito objeto de uma disciplina jurídica particular e cuja natureza de direito fundamental permite, se não exige, uma interpretação que, em caso de dúvida, se revele como a mais favorável ao respetivo titular.

19. Considera-se ainda que as circunstâncias do caso concreto são excecionais, uma vez que encontrando-se o Recorrente em Angola, as suas condições para o exercício do direito de resposta são mais desfavoráveis do que para os cidadãos que estejam em Portugal, devido à distância e às dificuldades nas comunicações. Assim, dadas as circunstâncias do caso concreto, entende-se que o disposto na lei, ou seja, o n.º 1 do artigo 25.º da Lei da Imprensa, conjugado com o artigo 279.º do Código Civil, devem ser interpretados da forma mais favorável para o Recorrente, transferindo-se o termo do prazo para o dia útil seguinte.
20. Assim, o prazo para o exercício do direito de resposta terminou no dia 17 de novembro, dia em que o Recorrente enviou o fax e a carta para o Recorrido solicitando a publicação de um texto de resposta, pelo que o direito de resposta não caducou.
21. Por sua vez, considera-se que, se o fax de envio do texto de resposta não indicava a morada do Recorrente, e se a carta deste foi recebida pelo Diário de Notícias em 24 de novembro, tendo o Recorrido juntado ao processo cópia do comprovativo de envio de correspondência para o Recorrente, datado de 25 de novembro de 2014, o diretor do Diário de Notícias deu cumprimento ao disposto no n.º 7 do artigo 26.º da Lei de Imprensa.

## VII. Deliberação

Tendo apreciado um recurso de Bento dos Santos contra o «Diário de Notícias», propriedade da Global Notícias, Publicações, S.A., por denegação do direito de resposta relativamente a uma notícia publicada na edição de 16 de outubro de 2014 daquele jornal, com o título «PJ apreendeu milhares de euros a general angolano», o Conselho Regulador delibera, ao abrigo do disposto nos artigos 8.º, alínea f), e 24.º, n.º 3, alínea j), dos Estatutos da ERC, aprovados pela Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro:

1. Reconhecer a titularidade do direito de resposta ao Recorrente;
2. Determinar ao *Diário de Notícias* a publicação da resposta dentro de dois dias a contar da receção da presente deliberação, com o mesmo relevo e apresentação do escrito respondido, de uma só vez, sem interpolações nem interrupções, devendo o texto ser precedido da indicação de que se trata de direito de resposta e

acompanhado da menção de que a publicação é efetuada por efeito de deliberação do Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação.

Não há lugar ao pagamento de encargos administrativos, nos termos do disposto nos artigos 11.º e 12.º do Anexo I do Decreto-Lei n.º 70/2009, de 31 de março.

Lisboa, 12 de março de 2015

O Conselho Regulador da ERC,

Carlos Magno  
Alberto Arons de Carvalho  
Raquel Alexandra Castro  
Rui Gomes